

# REVISTA DE DIREITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ISSN 2595-5667

# **REVISTA DE DIREITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**ANO Nº 01 – VOLUME Nº 01 – EDIÇÃO Nº 01 - JAN/JUN 2016**

**ISSN 2595-5667**

**Rio de Janeiro  
2016**

# REVISTA DE DIREITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

## LAW JOURNAL OF PUBLIC ADMINISTRATION

### Conselho Editorial:

Sr. Alexander Espinosa Rausseo, Universidad Central de Venezuela.  
Sra. Maria de Los Angeles Fernandez Scagliusi, Universidad de Sevilla.  
Sr. Luis Guillermo Palacios Sanabria, Universidad Austral de Chile.  
Sr. Mustafa Avci, University of Anadolu Faculty of Law.  
Sr. Adilson Abreu Dallari, Pontificia Universidade Católica de São Paulo.  
Sr. Alexandre Veronese, Universidade de Brasília.  
Sr. Carlos Ari Sundfeld, Fundação Getúlio Vargas de São Paulo.  
Sra. Cristiana Fortini, Universidade Federal de Minas Gerais.  
Sr. Daniel Wunder Hachem, Universidade Federal do Paraná.  
Sra. Maria Sylvia Zanella di Pietro, Universidade de São Paulo.  
Sr. Paulo Ricardo Schier, Complexo de Ensino Superior do Brasil.  
Sr. Vladimir França, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.  
Sr. Thiago Marrara, Universidade de São Paulo.  
Sr. Wilson Levy Braga da Silva Neto, Universidade Nove de Julho.

### Avaliadores desta Edição:

|                                         |                                       |
|-----------------------------------------|---------------------------------------|
| Sr. Mustafa Avci, University of Anadolu | Sr. Eduardo Manuel Val, UFF.          |
| Sr. Adriano Corrêa de Sousa, UERJ.      | Sr. Emerson Moura, UFJF.              |
| Sr. Adriano de Souza Martins, UERJ.     | Sr. João Paulo Imparato Sporn, USP.   |
| Sr. Bruno Santos Cunha, USP.            | Sra. Juliana Bonacorsi de Palma, FGV. |
| Sra. Carolina Leite Amaral, UFRJ.       | Sr. Marcus Bacellar Romano, UFF.      |
| Sr. Ciro Di Benatti Galvão.             | Sr. Márcio Felipe Lacombe, UFF.       |
| Sr. Daniel Capecchi Nunes, UERJ.        | Sra. Mariana Bueno Resende, UFMG.     |
| Sr. Debora Sotto, USP.                  | Sr. Paulo Henrique Macera, USP.       |
| Sr. Eduardo Fortunato Bim, USP.         | Sr. Pedro Eugenio Bargiona, PUC-SP    |

### Diagramação e Layout:

Sr. Emerson Moura, UFJF.

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                                   |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <i>Apresentação</i> .....                                                                                                                         | 005 |
| Emerson Affonso da Costa Moura                                                                                                                    |     |
| <i>Orçamento Público, Ajuste Fiscal e Administração Consensual</i> .....                                                                          | 007 |
| Jesse Torres Pereira Junior e Thais Boia Marçal                                                                                                   |     |
| <i>O que sobrou da autonomia dos Estados e Municípios para legislar sobre parcerias com o Terceiro Setor?</i> .....                               | 033 |
| Thiago Marrara e Natalia de Aquino Cesário                                                                                                        |     |
| <i>Conceitos Jurídicos Indeterminados e a Sua Margem de Livre Apreciação</i> .....                                                                | 055 |
| André Saddy                                                                                                                                       |     |
| <i>A Regulação Estatal dos Serviços de Segurança Privada e a Regra de Nacionalidade</i> .....                                                     | 100 |
| Carlos Ari Sundfeld, Jacintho Arruda Câmara e André Rosilho                                                                                       |     |
| <i>Concurso Público, Investigação Social e os Princípios Constitucionais: Análise Crítica da Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal</i> ..... | 111 |
| Emerson Affonso da Costa Moura e Marcos Costa Leite                                                                                               |     |
| <i>Intervenção do Poder Público em Outras Terras Públicas para Criação de Unidade de Conservação</i> .....                                        | 134 |
| José Roque Nunes Marques e Ronaldo Pereira Santos                                                                                                 |     |
| <i>A Regulação do Sistema de Aviação Civil Brasileiro: Estado da Arte e Desafios Futuros</i> .....                                                | 162 |
| Marcio Felipe Lacombe da Cunha                                                                                                                    |     |
| <i>Análise Crítico-Fenomenológica da Legitimidade da Desapropriação Indireta à luz dos Vetores Políticos da Constituição de 1988</i> .....        | 184 |
| Lilian de Brito Santos, Iago dos Santos Moura-Melo, Lorena Lorrana da Costa Viana e Ricardo Afonso-Rocha                                          |     |
| <i>O Serviço Público Adequado e a Cláusula de Proibição de Retrocesso Social</i> .....                                                            | 204 |
| Paulo Ricardo Schier, Adriana da Costa Ricardo Schier                                                                                             |     |
| <i>Discrecionalidade Técnica e Controle Judicial</i> .....                                                                                        | 224 |
| José dos Santos Carvalho Filho                                                                                                                    |     |

## APRESENTAÇÃO

É com alegria que após a formação da equipe editorial e iniciado o trabalho de ampliação do conselho científico, o pedido de obtenção do ISSN, a busca por adequação às exigências da CAPES e indexação nos bancos acadêmicos enfim publicamos a primeira edição do primeiro volume do primeiro ano da nova Revista de Direito da Administração Pública.

Nesta edição, os debates contemporâneos relativos à disciplina do Direito Administrativo e a atuação da Administração Pública são tidos a partir de sua interdisciplinariedade com os ramos correlatos, com análise das transformações dos institutos administrativos à luz das disciplinas de Direito Público como o Direito Constitucional, Tributário e Aeronáutico.

Com o trabalho “Orçamento Público, Ajuste Fiscal e Administração Consensual” do prof. mestre Jesse Torres Pereira Junior e Thais Boia Marçal propõe-se verificar em que medida o dever constitucional de boa administração impõe na gestão orçamentária uma abertura ao diálogo das instituições representativas garantindo maior eficiência e consensualidade.

No artigo “O que sobrou da autonomia dos Estados e Municípios para legislar sobre parcerias com o Terceiro Setor?” o prof. Pós-doutor Thiago Marrara e Natalia de Aquino Cesário investiga-se de que forma a regulação dos parceiros públicos pela Lei 13.019/2014 aplica-se aos entes federativos e se compatibiliza com sistema constitucional de competências.

Já o texto “Conceitos Jurídicos Indeterminados e a Sua Margem de Livre Apreciação” do prof. Pós-doutor André Saddy propõe importante distinção entre a noção de discricionariedade da autonomia pública determinando um conceito jurídico indeterminado e relacionando-o com prognose e com a teoria da multivalência ou da duplicidade e a teoria da univocidade.

Na pesquisa “A Regulação Estatal dos Serviços de Segurança Privada e a Regra de Nacionalidade” dos profs. Drs. Carlos Ari Sundfeld, Jacintho Arruda Câmara e André Rosilho estudam à luz da Constituição Federal vigente os efeitos e a extensão da exigência de nacionalidade imposta pela Lei 7.102/83 nas empresas de segurança privada.

Com o trabalho “Concurso Público, Investigação Social e os Princípios Constitucionais: Análise Crítica da Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal” propõe o prof. Ms. Emerson Affonso da Costa Moura e Marcos Costa Leite analisar a constitucionalidade dessa etapa do certame à luz dos princípios vigentes e das decisões da Corte Constitucional na matéria.

No texto “Intervenção do Poder Público em Outras Terras Públicas para Criação de Unidade de Conservação” o prof. Ms. José Roque Nunes Marques e Ronaldo Pereira Santos pretende verificar a par da autonomia dos entes federados, mas à luz dos objetivos e regras constitucionais se é possível a criação de espaços protegidos de um ente em área de outro.

Já na pesquisa “A Regulação do Sistema de Aviação Civil Brasileiro: Estado da Arte e Desafios Futuros” o prof. Ms. Marcio Felipe Lacombe da Cunha analisa os impactos do modelo policêntrico de Administração Pública trazida pela Constituição Federal de 1988 com a regulação do setor produz alteração no sistema de aviação civil brasileiro.

No artigo “Análise Crítico-Fenomenológica da Legitimidade da Desapropriação Indireta à luz dos Vetores Políticos da Constituição de 1988” a profa. Ms. Lilian de Brito Santos, Iago dos Santos Moura-Melo, Lorena Lorrana da Costa Viana e Ricardo Afonso-Rocha estudam de forma crítica a constitucionalidade da expropriação sem indenização pela Administração Pública.

Com o trabalho “O Serviço Público Adequado e a Cláusula de Proibição de Retrocesso Social” os profs. Drs. Paulo Ricardo Schier e Adriana da Costa Ricardo Schier relacionam a prestação do serviço público com a concretização dos direitos fundamentais e, portanto, seus limites à luz da Constituição Brasileira.

Por fim, o texto “Discrecionabilidade Técnica e Controle Judicial” do prof. Ms. José dos Santos Carvalho Filho verifica a par do princípio constitucional da inafastabilidade da tutela jurisdicional os limites do controle exercido pelo Poder Judiciário no que tange ao exercício da discrecionabilidade técnica pela Administração Pública.

Desejamos uma boa leitura almejando que os trabalhos publicados possam contribuir no debate nacional acerca da matéria, com nosso agradecimento aos professores membros do Conselho Editorial e do corpo de avaliadores, aos editores e colaboradores em geral, aos autores e leitores pelas suas contribuições na publicação desta edição.

Rio de Janeiro, 10 de Junho de 2016.

Emerson Affonso da Costa Moura.